

SELECÇÃO DE LICENCIADOS PARA DOCÊNCIA NA GUINÉ-BISSAU E EM SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Ao abrigo dos Acordos de Cooperação Científica e Técnica celebrados com Portugal, as Repúblicas de Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe pretendem contratar licenciados portugueses, não vinculados à Administração Pública portuguesa, para leccionarem nesses países.

As disciplinas a leccionar e os respectivos requisitos habilitacionais são os seguintes:

Para **Guiné-Bissau**:

- 1) Qualificação profissional para leccionação da disciplina de *Matemática* do 3º ciclo do ensino básico/ensino secundário (Código de recrutamento 500) [2 licenciados a contratar].
- 2) Qualificação profissional para leccionação das disciplinas de *Físico-Química/Física/ Química* do 3º ciclo do ensino básico/ensino secundário (Código de recrutamento 510) [1 licenciado a contratar].
- 3) Qualificação profissional para leccionação da disciplina de *Biologia* do 3º ciclo do ensino básico/ensino secundário (Código de recrutamento 520) [1 licenciado a contratar].

Para **São Tomé e Príncipe**:

- 1) Qualificação profissional para leccionação da disciplina de *Filosofia* do ensino secundário (Código de recrutamento 410) [1 licenciado a contratar].
- 2) Qualificação profissional para leccionação da disciplina de *Biologia* do 3º ciclo do ensino básico/ensino secundário (Código de recrutamento 520) [1 licenciado a contratar].

Nos termos dos Acordos acima referidos, cabe ao Ministério da Educação a organização do processo de ordenação dos interessados, sendo a decisão final da competência das autoridades guineenses e são-tomenses.

A graduação dos interessados admitidos é determinada através da aplicação da seguinte fórmula, até ao limite de 20 valores, sendo atribuído um valor por cada ano completo de serviço docente:

$$AD = C + 1V \times (N/365)$$

Em que:

C – classificação profissional

1V – um valor

N – número de dias de serviço docente.

Em caso de igualdade na graduação, para desempate, será, sucessivamente, aplicado o seguinte:

- a) O que tiver menos idade;
- b) O que tiver classificação profissional mais elevada;
- c) O que tiver mais baixo número de inscrição.

Os candidatos serão, ainda, submetidos a uma entrevista destinada a complementar informação relativa ao perfil definido para a função.

Os contratos terão o prazo de vigência de 1 (um) ano, eventualmente renovável, com início previsto para Setembro de 2007; aos contratados será considerado o tempo de serviço docente para eventuais concursos a que venham a candidatar-se para professores do ensino público português.

A remuneração mensal será assegurada, conjuntamente, pelo Estado contratante e pelo Estado Português, variando em função das especificidades de cada país, com um valor global estimado em € 900.

O Estado Português assumirá o pagamento das viagens de ida e volta, a atribuição de um subsídio de embarque pago no primeiro contrato, a protecção social obrigatória, e seguro de assistência em viagem e acidentes pessoais. Será garantido ao contratado alojamento adequado.

Os interessados apresentarão as suas pretensões no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do primeiro dia útil seguinte ao da data da divulgação do presente anúncio, até as 18 horas do último dia do prazo.

Os interessados apresentarão a sua candidatura através de formulário electrónico, disponível no endereço www.dgrhe.min-edu.pt, organizado de forma a recolher os elementos legais de identificação do candidato, elementos necessários à sua graduação e ordenação e preferência por países, caso a oferta para as mesmas disciplinas seja para mais do que um país.

Os interessados devem aceder à aplicação do formulário electrónico, disponível no site www.dgrhe.min-edu.pt na área de concursos para o estrangeiro, durante o prazo de candidatura, de 19 a 25 de Julho e procederem à inscrição obrigatória (identificação e residência).

Após a inscrição ser-lhes-á fornecido o nº de candidato e a palavra-chave.

O nº de candidato e a palavra-chave escolhida permitirá o acesso ao formulário electrónico.

Os interessados que foram opositores ao concurso nacional de educadores de infância e professores dos 1º, 2º e 3º ciclos do ensino básico e ensino secundário, para o ensino português no estrangeiro (EPE), PALOP e Timor em anos anteriores, são já titulares do nº de candidato e da palavra-chave. Com estes elementos têm acesso ao formulário electrónico da candidatura, não necessitando de proceder a nova inscrição obrigatória.

O Manual de Instruções do formulário electrónico, a disponibilizar aquando da candidatura, explicará detalhadamente o preenchimento do formulário electrónico, pelo que, será fundamental a sua consulta.

O Centro de Atendimento Telefónico (CAT), dedicado ao esclarecimento dos candidatos, encontra-se em funcionamento das 10 às 18 horas (dias úteis).

Os interessados devem enviar por via postal para o endereço: DGRHE, Seleção de Licenciados para os PALOP, Apartado 30069, 1350-999 Lisboa, dentro do prazo estabelecido para a candidatura, e anexos à cópia do recibo do formulário electrónico, os seguintes documentos:

- 1 Certidão da licenciatura, com a respectiva classificação final;
- 2 Declarações de tempo de serviço docente prestado;
- 3 Fotocópia do Documento de Identificação;
- 4 *Curriculum vitae*;
- 5 Declaração de que não se encontra vinculado(a) à Administração Pública portuguesa (modelo disponível no endereço da DGRHE).

Serão excluídos os interessados que não apresentem a sua pretensão dentro do prazo atrás definido, entreguem a documentação exigida incompleta, fora do prazo ou com encaminhamento diferente do estabelecido ou que não possuam os requisitos exigidos.

As listas provisórias de ordenação e de exclusão, serão divulgadas nos sítios da DGRHE (<http://www.dgrhe.min-edu.pt>) e do GEPE (<http://www.gaeri.min-edu.pt>)

Das listas provisórias de ordenação e de exclusão poderá ser apresentada reclamação fundamentada, a apresentar no prazo de cinco dias úteis a contar do primeiro dia útil seguinte ao da data de divulgação das mesmas, até às 18 horas do último dia do prazo, sob pena de aceitação das mesmas e de caducidade de outro tipo de recurso.

A reclamação deverá ser apresentada em formato electrónico, a disponibilizar atempadamente no site da DGRHE (www.dgrhe.min-edu.pt).

Os interessados serão notificados do indeferimento das reclamações por via electrónica acedendo, para este efeito, a uma aplicação disponível na página da DGRHE.

Esgotado o prazo de apreciação das reclamações, a lista provisória de ordenação, com as alterações das reclamações julgadas procedentes e das provenientes das desistências e, após homologação do Director Geral da Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação, converte-se em lista final de seriação, para efeitos de selecção. Esta lista será divulgada nos sítios da DGRHE e do GEPE.

Os candidatos que sejam seleccionados para um dos países referidos neste anúncio são retirados de todas as listas de ordenação dos concursos efectuados pela DGRHE.

Alerta-se ainda para o facto de no caso de não aceitar uma colocação para o ensino português no estrangeiro ou de selecção para os PALOP ou Timor o candidato fica impedido de prestar serviço nesse ano e no seguinte em qualquer dos concursos efectuados pela DGRHE.

Os interessados admitidos na lista definitiva de ordenação que não sejam seleccionados poderão vir a manter-se em lista, para selecção posterior, a solicitação das Autoridades daqueles Estados, dentro do mesmo ano lectivo.

GEPE e DGRHE, 18 de Julho de 2007.